

A UTOPIA COSMOPOLITA NA RECEPÇÃO DAS LITERATURAS AFRICANAS¹

THE COSMOPOLITAN UTOPIA IN THE RECEPTION OF AFRICAN LITERATURES

Dra. Inocência Mata

FLUL/Centro de Estudos Comparatistas da Universidade de Lisboa

RESUMO:

Juízos como os que atestam que os autores publicados em Portugal são os melhores escritores africanos de seus países deveriam pressupor considerações mais sérias do que os preconceitos baseados em categorias extraliterárias ou no simples gosto dos “juízes” que os proferem, pois é preciso não esquecer que sobretudo a cultura é objeto de desejo no jogo de prestígios e de hegemonias socioculturais, político-ideológicas e linguísticas. Seria muita ingenuidade pensar que a expressão literária é tão isenta assim de ideologias, de apologias e de irrupções celebrativas de interesses.

PALAVRAS-CHAVE: Literaturas Africanas, mercado editorial, preconceito, ideologia, juízo de valor

ABSTRACT:

Judgments as those which declare that the authors published in Portugal are the best African writers of their countries should assume more serious considerations than the prejudices based on extraliterary categories or on the mere taste of the responsible "judges", since it should not be forgotten that, above everything else, culture is an object of desire in the game of sociocultural, political, ideological and linguistic prestige and hegemony. It would be naive to think that the literary expression is so exempt of ideologies, apologies and laudatory irruptions of interests.

KEYWORDS: African literatures, publishing market, prejudice, ideology, valuable judgement

Não há existência humana sem o olhar que dirigimos uns aos outros.

Jacques d’Adesky

Um leitor mais atento ficará incomodado com o seletivo “fogo-de-artifício” mediático no mundo literário em Portugal com que se faz a celebração de determinadas obras dos escritores dos países de língua oficial portuguesa, até mesmo antes de serem lidas (qualificadas sempre com o recorrente grau de superlativo: excelente, notável, incontornável...). Se não for ingênuo, poderá chegar à conclusão de que essa celebração não independe do estatuto excepcional desses autores, cuja mais-valia está muitas vezes na sua oscilante nacionalidade cultural e na sua origem étnica e, por conseguinte, da nacionalidade literária da sua obra, dos lóbis concertados, das solidariedades à flor da

pele... Contrariamente a muitos que pensam ser um “pecado” problematizar a nacionalidade de um autor, pois tal seria “localizar” a grandeza “universal” desse escritor, afunilando a sua dimensão, não vejo nisso nada de demeritório para um escritor e a sua obra (só se ela, a obra, apenas tiver qualidade, se for africana...). Com efeito, oscilantes e a passarem por constantes “reajustamentos de identidade cultural” (REIS, 1995, p. 23), são as obras de António Vieira, Joseph Conrad, Samuel Beckett ou Milan Kundera – para ficar apenas no “cânone ocidental”, tão caro aos defensores do “universalismo”...

Na verdade, esta questão, propensa a uma instrumentalização ideológica, tem uma pulsão assaz teleológica. E o que se vem, aliás, notando é que a questão está inquinada: é que, quando se quer que um escritor se erija, por sua iniciativa ou por conveniência grupal ou segmental, a representação de ou o paradigma de pertença a um sistema literário, o discurso sobre a sua nacionalidade literária é fechado e definitivo, e quem quiser problematizá-la leva colados todos os rótulos possíveis, sendo os de complexado e reacionário os mais “simpáticos” (embora já não o de fanoniano, termo até há poucos anos tido pelo argumentário “lusófilo” como sinónimo de racista, antes de os Estudos Culturais apresentarem Frantz Fanon como um dos pioneiros da discussão sobre o pós-colonial); se, pelo contrário, se pretende que o escritor deambule, convenientemente, por um indefinido “entrelugar” literário, então a sua nacionalidade literária passa a ser indiscutivelmente global, desterritorializada, moderna (termo, aliás, “sobredefinido”, para parafrasear Fredric Jameson que refere o baralhamento conceptual que decorre do questionamento do pós-modernismo e seu correlato “alto modernismo”²²).

Esta propensão para celebrações seletivas, em Portugal e no Brasil mormente, com reflexos na consolidação da invisibilidade de um segmento desses sistemas literários, faz-me questionar: haverá retorno para a imagem dos sistemas literários nacionais? Isto é, qual é a mais-valia diferencial para os sistemas literários nacionais, portanto, para as literaturas africanas nacionais? Terá essa produção, celebrada como representativa das literaturas africanas, o mesmo “lugar”, no imaginário literário e cultural das “comunidades imaginadas”, a que, pretensamente, estão vinculados os autores e às quais remetem as obras? Por que tal sorte mediática dessa literatura só funciona enquanto produto de consumo português? O que tem essa produção que a faz

ser mais apreciada em Portugal (e daí para o Ocidente), ou no Brasil, do que nos respectivos países?

Se é verdade que uma das respostas a estas questões se encontra no favorecimento dos *media*, que vão definindo a representatividade de cada escritor, fazendo desse aspecto consequência do fenómeno de mediatização “orientada”, e não sua causa, estou convencida, por outro lado, de que esta se possa encontrar também na mudança do gosto estético do público português, cujo imaginário cultural começa a incorporar outros universos, paisagens, signos e símbolos de *outras* representações coletivas que vão configurar outros imaginários literários. Porém, como “não há existência humana sem o olhar que dirigimos uns aos outros” (ADESKY, 2006, p. 125), estou igualmente convencida de que as irrupções mitológicas do pluriculturalismo, com reflexo nas preferências literárias, talvez se devam também a mudanças por que a “ideologia cultural portuguesa” vem passando, agora, assumida e sistematicamente, nesse processo que Eduardo Lourenço (2004, p.123) designou como sendo de derramamento, expansão e criouliização³, desde a queda do império. Não é, pois, de se desconsiderar que existe uma mudança também em nível de

sensibilidades *outras* e *outros* gostos estéticos que não os “tradicionais” e canónicos” que a Escola sempre veiculou, totalitariamente, e que estão a ser descentrados do seu lugar exclusivo por outros que já se vêm impondo como participantes da cultura literária, como sinais de refluxo de uma outra África, e que têm de ser considerados pelo mercado editorial. (MATA, 2006, p. 287)

Com efeito, como ainda é referido no mesmo texto supracitado, na esteira de Andrea Semprini no seu livro *Multiculturalismo*, o mercado está atento à rentabilização da diferença ou à sua transformação em “argumento de venda” (SEMPRINI, 1999, p. 141).

Como leitora, crítica e professora de literaturas africanas, com incidência nas de língua portuguesa – aqui meu objecto privilegiado –, começo por dizer que não acho que essas questões, enquanto discussão cultural e/ou académica, sejam perversas, porque, em última instância, são questões históricas que revelam “histórias de identidade”. Partilho com Stuart Hall a ideia de que cada uma das “*histórias de identidade*” se inscreve nas posições que cada um assume e que tenta compreender nas suas especificidades (HALL, 2003, p. 433). Pode pensar-se, então, que germinou em Portugal um imaginário literário migrante que passa por África, ou pelo menos por certa África, aquela que resgata o vasto espaço dos descobrimentos, permitindo a

“continuidade das representações coloniais no modo como se pensa e se aborda a história presente” (JERÓNIMO E DOMINGOS, 2007, p. 2).

Como se vê, a questão assim equacionada comporta – disso tenho plena consciência – demasiados melindres ideológicos, muitas vezes fulanizados, nefastos num debate cultural descomprometido com julgamentos históricos. Porém, olhando para a paisagem humana do grupo de escritores africanos das ex-colônias portuguesas publicados na ex-metrópole, percorrendo o catálogo das casas mais emblemáticas nesta atividade editorial, há elementos recorrentes e persistentes que não deixam de ser significativos: a origem etnocultural dos autores, a sua classe sociocultural e o seu discurso sobre o ideal de país e sobre as relações entre os dois países. Na verdade, o certo é que a maioria dos escritores africanos publicados em Portugal é, coincidentemente, luso-descendente, não obstante estes não constituírem a maioria dos escritores africanos dos seus países. O que talvez explique a conveniente ideia de que a nacionalidade literária de um autor é irrelevante, tanto podendo ser português como angolano ou moçambicano, como se ouviu numa mesa-redonda intitulada “Dos Diálogos e de uma Literatura Luso-Afro-Brasileira Pós-Colonial”, durante o Colóquio *Para Além da Mágoa: Novos Diálogos Pós-Coloniais*³, em janeiro de 2008 (o exemplo foi que o escritor Miguel Sousa Tavares, autor de *Equador*, 2003, tanto era português quanto são-tomense; ou que o próprio Miguel Gullander afirmou não saber o que era). A sugestão é que se trata, de fato, de um assunto tabu, porque, parafraseando Junod, aquilo que é “sagrado” e “venerável” comporta um perigo para a comunidade e até para o próprio indivíduo, devendo, por isso, ser evitado num discurso politicamente correto, que não pode ser preocupação de quem estuda literaturas de países emergentes, de sociedades em que a literatura tem, ainda, um lugar importante na construção das imagens da identidade cultural.

Tendo entrado nas prateleiras e estantes dos portugueses por intermédio da academia, pelas mãos de Manuel Ferreira, nos anos 70 do século XX, mais de trinta anos depois, as literaturas africanas preenchem coleções em editoras portuguesas de referência, além de outras menores que, mesmo não constituindo séries ou coleções, vão publicando, avulsa e dispersamente, autores africanos. Falo de editoras mais sistemáticas na edição de obras africanas: a Editorial Caminho, as Publicações Dom Quixote, a Cotovia, a extinta Campo das Letras, a Asa, grupo a que se poderia acrescentar as Edições Afrontamento, a editora Novo Imbondeiro ou as Edições Colibri,

assim como a Europress, a Mercado de Letras, estas vocacionadas para a tradução. No caso das primeiras, que publicam sobretudo autores atuais da África de língua portuguesa, poder-se-á pensar que esse interesse advém das afinidades criadas na história e na língua, categorias vistas como cimento de uma comunidade que se reparte por três continentes. Esta ideia de “cimento” tornou-se incontestável com a emergência dessa outra de “espaço lusófono”, cuja realização oficial é a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), após se ter gorado a iniciativa, endogenamente africana, dos *Cinco*⁴.

A partir dos anos 80, no entanto, o que se foi notando é que o percurso se inverteu: se antes era a academia que “sugeria” os lugares e o peso de cada obra/escritor no sistema literário, atualmente são o mercado e os lóbis que condicionam as preferências curriculares, num círculo vicioso em que a consequência alimenta a causa e vice-versa: não se estuda quem não se conhece; não se convida quem não é publicado; não se reconhece quem não se conhece. E, se Roderick Nehone, João Tala, Tchikakata Mbalundu, novos nomes incontornáveis da atual ficção angolana, não são conhecidos na ex-metrópole (e, repito, daqui para o Ocidente), será Ondjaki a colher tal mérito... Se Armando Artur ou Aníbal Aleluia não são publicados fora de Moçambique, serão os autores da Editorial Caminho os eleitos como matéria curricular e objeto de dissertações acadêmicas em Portugal e no Brasil, na Europa e na América... Muitas vezes autores que nem são (re)conhecidos nos seus países...

Porém, não existe o que não se (re)conhece?! Vou relembrar⁵ um episódio que ilustra a articulação hierarquizante do olhar leitor, mesmo o acadêmico:

Quando, em 1989, o escritor espanhol Camilo José Cela ganhou o Prémio Nobel da Literatura, um colega e amigo censurou-me pelo facto de só conhecer os livros traduzidos para o português desse ilustre escritor europeu. Contrafeita, desculpei-me dizendo que realmente era pouco, mas que o meu espanhol não me permitia ler Cela na sua versão original – por isso, tinha que esperar pelas traduções portuguesas. No entanto, ferida na minha paixão pela literatura e adivinhando uma motivação etnocêntrica nessa observação do meu colega, resolvi ripostar. Perguntei-lhe se já tinha lido alguma coisa de Wole Soyinka, escritor nigeriano que tinha ganho o mesmo prémio três anos antes. O meu sábio e esclarecido colega nunca tinha lido nada de Soyinka e, quando lhe disse quem era, concluiu que, afinal, Soyinka não seria tão conhecido assim, muita gente não conheceria a sua obra.

(MATA, 1999, p. 64)

Como se vê, apenas por ingenuidade (na melhor das hipóteses), não se considera que a formação do cânone e a representatividade autoral estão comprometidas não apenas com a civilização e com a tradição literária, mas também com a hegemonia

cultural, como cruamente nos “sugere” o polêmico livro *O cânone ocidental*, de Harold Bloom. As consequências de uma orientação teórica e crítica pretensamente isenta de motivações não científicas e alienada desses pressupostos são a centralidade exclusivista de um paradigma como fatalidade irrevogável da condição estética. E instituições (públicas, privadas e *ad-hoc*) que deveriam estar vocacionadas para a implementação do intercâmbio cultural não promovem a circulação de livros, nem promovem os agentes culturais. Assim, mesas-redondas, como a supracitada, festivais como “Correntes de Escrita” (Póvoa de Varzim, fevereiro), o Festival de Poesia de Berlim (Berlim, junho e julho) ou FLIPORTO (Porto de Galinhas – Brasil, novembro) e outros fóruns, assim como antologias, prêmios, honrarias e homenagens são lugares de visibilização de que resultam interesses editoriais, num inexorável círculo vicioso. Outrossim, basta percorrer os catálogos das editoras, o espaço das revistas de livros e as publicações para se ver a preferência das notícias.

Mas, dirá o leitor, estamos a falar de literaturas africanas em Portugal. Pois estamos, e as supracitadas revistas são publicadas em Portugal e, ao que parece, o seu objeto não é apenas a África colonizada por Portugal. Daí esperarem-se notícias de eventos e acontecimentos africanos com os mesmos empenhamento e generosidade.

Dois exemplos (de entre muitos): em Portugal estiveram, em março, por ocasião do *Colóquio Internacional em Homenagem a Chinua Achebe*, no 50º aniversário da publicação de *Things Fall Apart*, dois dos mais influentes escritores e intelectuais africanos da atualidade: Niyi Osundare, da Nigéria, e Mbulelo Mzamane, da África do Sul. Não obstante um insistente alerta para a divulgação dessas presenças feito pela organização (FLUL) junto à comunicação social, apenas a RDP-África referiu o evento, enquanto publicações de referência como as revistas *África 21* e *África Hoje* e o *JL – Jornal de Letras, Artes e Ideias* nem se dignaram referir a passagem por Portugal daqueles dois nomes maiores da cultura africana, tendo esta última revista publicado a imagem de um Chinua Achebe...branco⁶! Do mesmo modo, no número 23 da revista *África 21*, há uma notícia que publicita, em grandes títulos de uma página, dois prêmios recebidos por dois escritores: Mia Couto e Ondjaki (Rosalía de Castro e Grinzane Cavour Literary Prize, respectivamente). O estranho é que, no texto da notícia, há, *en passant*, a seguinte informação: “Nesta primeira edição do Grinzane Cavour Literary Prize for Africa foram também premiados o queniano Ngugi wa Thiong’o e o nigeriano Ben Okri. (*África 21*, p. 86).”

Ora, o que acontece é que: (1) os principais premiados foram, na verdade, Ngugi wa Thiong'o e Ben Okri – e não Ondjaki (que foi distinguido, sim, com o prêmio Revelação); (2) o uso de “também” revela, no mínimo, ignorância, porque Ngugi wa Thiong'o e Ben Okri são, apenas, dois dos maiores escritores africanos!

O que se passa no campo cultural, de que o fenômeno literário constitui, no caso, uma vertente fundamental, porquanto lugar de representação das assimetrias culturais, não se pode ler à margem de outros setores da sociedade. Para além de existir uma evidente contaminação entre as instâncias agenciais de um suposto multiculturalismo, é preciso ter em conta os códigos socioculturais, ideológicos e psicológicos que subjazem ao reservatório do olhar que recepciona as obras africanas e procede à sua interpretação coletiva ou individual, de forma amadorística ou profissional, jornalística ou académica: pode dizer-se serem esses factores a explicar a ausência total de comentários a propósito de *O signo de fogo*⁷, romance de Boaventura Cardoso, em 1992, precisamente por ocasião da publicação de *A geração da utopia*⁸, de Pepetela, romance sobre o qual não houve publicação portuguesa, generalista ou de especialidade, que não se tivesse debruçado, com entrevistas, comentários ou resenhas. Tal omissão torna-se tanto mais ostensiva quanto os romances estabelecem um interessante diálogo intertextual que ajuda a elucidar os meandros de uma resistência nem sempre pacífica em termos de realização agencial. Com efeito, se *A geração da utopia* encena o percurso de um grupo de jovens africanos que frequentavam a *Casa dos Estudantes do Império* em Lisboa, nos anos 60, grupo heterogêneo a vários níveis – raça⁹, etnia¹⁰, origem social, formação académica –, acompanhando-o até 1991, *O signo do fogo* discorre sobre o mesmo percurso de resistência anticolonial; porém, num grupo de jovens, atuando no país, na cidade de Luanda, igualmente com todos os constrangimentos exteriores ao grupo e os dissensos surgidos entre os seus membros. Portanto, dois olhares sobre um mesmo processo, duas formas de perspectivar a resistência anticolonial longe dos cenários das guerrilhas que começariam em 1961. Duas formas de conhecer as relações sociais na Angola colonial; porém, duas atenções diferentes na ex-metrópole...

Por isso, como disse em outro lugar (MATA, 2006, p. 287), é importante trazer à *fala* explicativa e desmitificante um multiculturalismo em que uns “diferentes” – sobretudo os de identidade hifenizada (Homi Bhabha) – se tornam mais visíveis do que outros, por razões placidamente estéticas, que decorrem do perverso critério do

mérito¹¹. Este é, na verdade, um dos grandes imbróglis míticos da questão: é que esta noção do mérito busca desqualificar as desigualdades, as assimetrias e as discriminações, acabando por concorrer, neste caso, para a naturalização de uma situação de desequilíbrio que requer, no mínimo, um questionamento: a invisibilidade de um grupo de autores, cuja representatividade não pode ser ignorada no contexto de literaturas, que, em geral, foram marcadas por um funcionamento extratextual.

Por isso, conhecendo a produção literária desses países, cá e lá, não me coíbo de afirmar que as hegemonias culturais se vão transversalizando através da literatura, consolidando hierarquias de outras categorias de antanho na construção de “formadores de sentidos” (ADESKY, 2006, p. 121) de identidades segmentais. Por outro lado, não é despicienda a ideia de Walter D. Mignolo (2000) que, ao reescrever a semântica da expressão “razão pós-colonial” e substituindo-a por “razão pós-ocidental”, em *Histórias locais/projetos globais*, afirma que a pós-colonialidade se reorganiza em outros alicerces que intentam perpetuar a supremacia de uma estrutura espaço-temporal.

Haverá certamente quem veja nesta afirmação uma prisão a um infértil e nefasto racismo, a um “fascínio da raça” (Paul Gilroy). Não seria de estranhar em sociedades que durante muito tempo elegeram a omissão como estratégia de combate ao preconceito e ao racismo. Não estará a ser original quem afirmar que não apenas as questões raciais são tanto invocadas como vivenciadas de formas distintas em vários lugares, como nos diz Paul Gilroy (2007, p. 11), como também o são em várias situações e sob diferentes prismas. Por outro lado, julgo, na verdade, que falta um exercício menos apressado de justificação, e mais de explicação, afastado de lugares-comuns politicamente corretos, ainda que com a fundamentação científica – como esse de que não existem raças e, portanto, a questão da raça é uma falsa questão: ainda “navegamos, com efeito, por entre elaborações hagiográficas, irrupções nostálgicas e o esquecimento institucionalizado, imunes ao labor acadêmico que, pontualmente, recorda a dimensão colonial da história nacional” (JERÓNIMO E DOMINGOS, 2007, p. 1). Ocorre-me, por isso, como réplica a uma eventual acusação de racismo, a ironia de Stéphane Foucart:

On la croyait enterrée pour le bon. Tuée para la science. Mise en miettes par la génétique, dont les premiers résultats ramenaient toute l’humanité à une seule même et grande famille. Las! Voilà la notion de race remise en selle. Et pas par n’importe qui : par l’Américain James Watson¹² lui-même, codécouvreur, avec Francis Crick et Rosalind Franklin, de la structure de l’ADN (acide désoxyribonucléique).

Apesar de considerar genuínas as afirmações antirracistas do poder (político, cultural, social, econômico), apetece-me dizer que não vive neste mundo quem tem por hábitos interpretativos manter raça e política bem apartadas (GILROY, 2007, p. 12). A não fazer-se isso, não será difícil perceber-se como o olhar português em relação à África está, ainda, ligado a circunstâncias históricas que definem, em cada momento, afetos e ressabiamentos. Talvez sejam estas contradições a denunciar a visão de um colonialismo “diferente”, com “Prósperos calibanizados” e “Calibans prosperizados”, em que a dominação e a subjugação culturais ficam relegadas para um lugar secundário da reflexão sobre a história das relações entre Portugal e os territórios colonizados e a afetividade, *locus* importante de gestão de relações históricas, ganha foros de motivação política e argumento científico. Como lembra Lourenço do Rosário (1999, p. 75), reagindo contra o que considera serem ideias apressadamente lançadas e usadas até a exaustão que acabam por ganhar estatuto de “realidade”, existe ainda “uma vinculação umbilical” à herança colonial do ex-império recém-desaparecido fisicamente, mas ainda vivo nas mentes dos cidadãos. E, acrescento, revitalizando a ideia da continuidade do império da cultura para além do tradicional território pátrio. Por este raciocínio, podemos chegar aos sentimentos contraditórios de sedução/repulsa na sociedade portuguesa que explicam a paixão, para além do texto, com que certas obras africanas ou sobre África e seus autores foram (e são) recebidas em Portugal.

Tendo o conjunto dos leitores de obras africanas saído do restrito círculo acadêmico, para se alargar, felizmente, ao público em geral, o gosto do leitor passou a ser “educado” pela comunicação social, de acordo com a capacidade de mediatização, tendo os critérios passado a ser condicionados por “alegações” outras que se dissimulavam sob a designação de “qualidade literária”. Para além de não poder “haver valor estético sem uma qualquer resposta à pergunta tripla da luta agonística [*agon*] – mais do que, menos do que, igual a –” (BLOOM, 1997, 35), esta é uma categoria difusa que os Estudos Literários já desmistificaram, ao abordar a condição institucional da literatura. Vale, neste contexto, lembrar Carlos Reis, na esteira de Julia Kristeva:

Quando mencionamos o carácter **institucional** da literatura ou quando falamos em **instituição literária** estamos desde logo a remeter para práticas e para sujeitos que asseguram ao fenómeno literário a sua feição de **estabilidade** e de **notoriedade** pública (...) (REIS, 1995, p. 25. Grifos do autor)

Julia Kristeva falara da instituição literária como “todas as margens da prática literária: as revistas, os júris, eventualmente as universidades, tudo consagra a expressão literária e lhe dá possibilidade, mais ou menos grande, de chegar ao público; isto é, finalmente, os canais de transmissão” (KRISTEVA, 1984, p. 53)¹³. A literatura é, assim, uma instituição que depende de instâncias de legitimação e o público é uma delas, para além de: academias (universidades), prêmios literários, sistema de ensino (os planos curriculares, os programas), “comunidade interpretativa” (críticos, recensões, ou melhor, o círculo da crítica, a comunicação social e as revistas de especialidade). E hoje todos concordam que o *literário* não é um valor absolutamente intrínseco à linguagem, mas também um valor marcado pela historicidade e, até, pela circunstancialidade: afinal, “a contingência domina a literatura, tal como domina qualquer empreendimento cognitivo” (BLOOM, 1997, p. 23). Considero, pois, estimulantemente polêmico o que disse um dia Óscar Lopes acerca da sua *História da literatura portuguesa*, de que é co-autor (com António José Saraiva): que varreria dela metade dos autores que lá estão, porque a obra padece de uma “sobrevalorização quantitativa” (LOPES, 1997, p.100). Por seu turno, é também esclarecedor o que conta Josué Montello, crítico e historiador literário brasileiro: uma história que encerra uma lição sobre a variabilidade dos julgamentos humanos, sobre os (grandes) poetas:

Um carteiro de Paris teve em mãos, um dia, um envelope fechado, com este sobrescrito: “Ao maior poeta da França”. Não teve dúvidas: foi entregá-lo a Vítor Hugo. O autor de *Lègendes des siècles*, ao receber a carta, achou que não era para si. E tratou de encaminhá-la a Lamartine. Este, vaidoso, abriu o envelope; a carta era para Alfred de Musset. (MONTELLO, 1965, p. 11-12)

Por isso, juízos, como os que atestam que os autores publicados em Portugal são os melhores escritores africanos de seus países, deveriam pressupor mais sérias considerações do que os preconceitos com base em categorias extraliterárias ou simples gosto ou critério dos “juízes” que os proferem, pois é preciso não esquecer que, sobretudo, a cultura é objeto de desejo no jogo de prestígios e de hegemonias socioculturais, político-ideológicas e linguísticas. Seria muita ingenuidade pensar que a expressão literária é isenta de ideologias, de apologias e de irrupções celebrativas de interesses. O que não significa qualquer reivindicação de reparação retroativa ou de cega democracia cosmopolita na versão do multiculturalismo estético.

NOTAS:

¹ Este texto é uma versão do artigo publicado em *Santa Barbara portuguese studies* (University of California at Santa Barbara, 2009), com o título “Literaturas africanas em Portugal: na senda de um imaginário migrante?” MATA, 2008, v. X.

2. Ver: JAMESON, Fredric. *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo: Editora Ática, 1996.

3. Colóquio *Para além da Mágoa: Novos Diálogos Pós-Coloniais* (Lisboa, Casa Fernando Pessoa, 22 de janeiro de 2008).

4. Fundado logo após a independência dos cinco países africanos, ex-colônias de Portugal, o *Grupo dos Cinco* intentava dar continuidade ao projeto da CONCP – Conferência das Organizações Nacionalistas das Colônias Portuguesas, fundada, por sua vez, em Rabat – Marrocos, em 1961, por Amílcar Cabral, que procedia à concertação dos esforços da luta anticolonial. A última reunião, sob a presidência de Angola, ter-se-ia realizado em 2004 por convocação de José Eduardo dos Santos, à margem da Cimeira da União Africana em Trípoli – Líbia, o que não aconteceu por ausência do presidente (que promovera a reunião). A CONCP é o fundamento simbólico e ideológico da minha preferência pela designação *Cinco*, em detrimento de outra PALOP, que, entretanto, se generalizou, para referir os cinco países africanos de língua oficial portuguesa.

5. MATA, Inocência. “Novas leituras para a literatura africana”. Revista *África Hoje*. Lisboa, janeiro de 1999.

6. *JL – Jornal de Letras, Artes e Ideias*. Ano XXVII. Nº 976. Lisboa, 27 de fevereiro a 11 de março de 2008, p. 2.

7. CARDOSO, Boaventura. *O signo do fogo*. Porto: Campo das Letras, 1992.

8. PEPETELA. *A geração da utopia*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1992.

9. Utilizo este termo enquanto categoria discursiva. Isto é: por *raça* quero significar, tão somente, diferenças biológicas entre indivíduos da raça humana, com repercussões ideológicas no edifício sociocultural. Explicitando: “A raça é uma categoria *discursiva* e não uma categoria biológica. Isto é, ela é a categoria organizadora daquelas formas de falar, daqueles sistemas de representação e práticas sociais (discursos) que utilizam um conjunto frouxo, frequentemente pouco específico, de diferenças em termos de características – cor da pele, textura do cabelo, características físicas e corporais, etc. – *como marcas simbólicas*, a fim de diferenciar socialmente um grupo de outro” (HALL, 2001, p. 63). Ver, entre outros: LÉVI-STRAUSS, Claude. *Raça e história*. Lisboa: Editorial Presença, 1980; MEMMI, Albert. *O racismo*. Lisboa: Editorial Caminho, 1993; GILROY, Paul. *Entre campos : nações, culturas e o fascínio da raça*. São Paulo: Annablume, 2007.

10 Do mesmo modo, utilizo o termo *etnia* no sentido de “entidade caracterizada por uma mesma língua, uma mesma tradição cultural e histórica, ocupando um dado território, tendo uma mesma religião e, sobretudo, a consciência de pertencer a essa comunidade” (LOPES, 1988, p.37).

11 Lembra Jacques d’Adesky que “o mérito deve ser compreendido como uma noção relativa; não pode ser considerado como absoluto, como se não tivesse nenhum laço com a realidade. Havemos de convir que a noção de mérito não tem sentido em si mesma. Alcança o seu verdadeiro significado quando está claro de que se trata de uma noção que se supõe relacionada com algo que lhe seja exterior. Na prática, o uso do critério do mérito deveria ser ponderado quando se pretende realizar julgamento o mais equitativo possível. Nesse sentido, parece evidente que é necessário, no mínimo, perguntar: estamos falando do mérito em relação a quê, e em relação a quem?” (ADESKY, 2006, p.125).

12. Cientista americano, Prêmio Nobel da Medicina de 1962 (pela descoberta da estrutura molecular do DNA), que declarou, em entrevista a *The Sunday Times* (oct 14, 2007), que os negros eram menos inteligentes do que os brancos (motivo pelo qual se declarava cético em relação ao futuro de África. As

palavras de Watson foram: “There is no firm reason to anticipate that the intellectual capacities of peoples geographically separated in their evolution should prove to have evolved identically. Our wanting to reserve equal powers of reason as some universal heritage of humanity will not be enough to make it so”. I am “inherently gloomy about the prospect of Africa [because] all our social policies are based on the fact that their intelligence is the same as ours - whereas all the testing says not really. (...) people who have to deal with black employees find this not true (..) There are many people of colour who are very talented, but don’t promote them when they haven’t succeeded at the lower level” (*The Sunday Times*, oct 14, 2007; *Times Online*, 17 oct 2007).

13. KRISTEVA, Julia. *Cahiers de recherches* (Paris), nº. 13, 1984. Apud: REIS, Carlos. *O conhecimento da literatura*. Coimbra: Livraria Almedina, 1995. p. 26.

REFERÊNCIAS:

ADESKY, Jacques d’. “Reconhecimento, igualdade e conformidade”. *Estudos Afro-Asiáticos*. Revista do CEAA. Universidade Cândido Mendes. Ano 28. Nºs 1, 2, 3. Rio de Janeiro, janeiro-dezembro de 2006, p. 117-134.

BLOOM, Harold. *O cânone ocidental*. Lisboa: Editorial Caminho, 1997.

FOUCART, Stéphane. “La tentation de la race”. *Le monde*. Paris, 30.10.2007. <http://www.lemonde.fr> Acesso em 30.10. 2007, 16h e 22 min.

GILROY, Paul. *Entre campos: nações, culturas e o fascínio da raça*. São Paulo: Annablume, 2007.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 6. ed. Rio de Janeiro: DP & Editora, 2001.

HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Organização de Liv Sovik. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: UNESCO, 2003.

JAMESON, Fredric. *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo: Editora Ática, 1996.

JERÓNIMO, Miguel Bandeira e DOMINGOS, Nuno. “Do indígena ao imigrante”. *Le monde diplomatique* (edição portuguesa). Nº 5, II série. Lisboa, março de 2007, p.1-2.

JL – Jornal de Letras, Artes e Ideias. Ano XXVII. Nº 976. Lisboa, 27 de fevereiro a 11 de março de 2008.

LOPES, Carlos. *Para uma leitura sociológica da Guiné-Bissau*. Bissau: INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa), 1988.

LOPES, Óscar. “O sentido das palavras”. Revista *Expresso*. Nº 1307. Lisboa, 15 de novembro de 1997, p. 100.

LOURENÇO, Eduardo. *A nau de Ícaro seguido de imagem e miragem da lusofonia*. 3. ed. Lisboa: Gradiva, 2004.

MATA, Inocência. “Novas leituras para a literatura africana”. Revista *África Hoje* Lisboa, janeiro de 1999, p. 64.

MATA, Inocência. “Estranhos em permanência: a negociação da identidade portuguesa na pós-colonialidade”. In: SANCHES, Manuela Ribeiro (Org.). *Portugal não é um país pequeno*. Contar o "Império" na pós-colonialidade. Lisboa: Edições Cotovia, 2006.

MIGNOLO, Walter D.. *Histórias locais/projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

MONTELLO, Josué. “Prefácio” a *Poesias completas de Gonçalves Dias*. Rio de Janeiro: Editora Científica, 1965.

REIS, Carlos. *O conhecimento da literatura*. Coimbra: Livraria Almedina, 1995

REVISTA *África 21* – Informação, Economia e Análise. Nº 23. Lisboa, novembro de 2008, p. 86.

ROSÁRIO, Lourenço (do). *Singularidades: estudos africanos*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas, 1996. v. I.

SEMPRINI, Andrea. *Multiculturalismo*. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

Texto enviado em 25 de novembro de 2010 e aprovado em 06 de abril de 2011.